

A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR: UM ESTUDO DAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS

2016

Fabricia dos Santos Rodrigues Silva

Psicóloga graduada pela Faculdade da Amazônia campus Vilhena/RO, Brasil.

Gisele Cristiane Teles Paiva

Especialista em Psicologia do Trânsito UNIC- Maceió. Especialista em Preceptoria no SUS, Sírio-Libanês-São Paulo. Especialista em Políticas Públicas e Socioeducação UNB- Universidade de Brasília. Professora na Faculdade da Amazônia campus Vilhena/RO, Brasil.

E-mail de contato:

fabricia.kol@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar a violência sexual infantil intrafamiliar levando em consideração as consequências psicológicas. Para tanto buscou-se compreender através de uma revisão bibliográfica o conceito de infantil pelo viés da psicanálise, e sua estruturação psíquica perpassada pelo histórico do abuso sexual. Dessa forma foi possível verificar que a criança abusada sexualmente sofre significativos prejuízos a sua saúde mental. A mesma vivencia uma situação de trauma psíquico no qual a ameaça e desamparo, sendo a angústia experimentada de morte. O sentimento de desamparo é consequência da quebra de confiança das figuras que esperava proteção amorosa.

Palavras-chave: Psicanálise, violência infantil, abuso sexual, trauma, figuras parentais, consequências psicológicas.

Copyright © 2018.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



INTRODUÇÃO

De acordo com Pfeiffere Salvagni (2009), a violência infantil é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um dos maiores problemas de Saúde Pública.

A definição de violência, segundo a Organização Panamericana da Saúde - OPS se caracteriza como uso intencional da força física (como a agressão) ou do poder (por exemplo, a intimidação), contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade. Violenta, assim, a integridade física, psicológica ou social de outrem. Esta violência pode causar lesões, danos psicológicos, transtornos do desenvolvimento, negligência ou até a morte (KRUG *et. al.*, 2012).

Já a violência sexual para Ferrari e Dalka (2012) é o contato entre criança/adolescente e um adulto, familiar ou não, utilizando-os como objeto gratificante para as necessidades ou desejos do adulto.

Corroborando com esse pensamento Pacheco e Malgarim (2012) o abuso sexual no contexto familiar retrata a violência nas relações interpessoais marcadas pela hierarquia de poder do cuidador abusivo sobre a criança.

Segundo as autoras citadas, essa forma de violência envolve atividades sexuais que violam leis como as que regem a proibição do incesto. Neste sentido a criança que sofre abuso sexual é envolvida numa situação que fragiliza a sua organização psíquica, familiar e social.

Assim para Araújo (2002), a violência sexual infantil é um problema que envolve questões legais de proteção à criança e punição do agressor, e também terapêuticas de atenção à saúde física e mental da criança, tendo em vista as consequências psicológicas decorrentes da situação de abuso.

Segundo Jin Huh e Cavalini (2011) para a psicanálise, o infantil é entendido como inscrições marcadas no inconsciente presente por toda vida e irreduzível a dimensão cronológica e evolutiva. Neste sentido para as supracitadas, o ato violento destinado a sujeitos nesta etapa de vida caracteriza-se por sérios danos a sua saúde mental.

Dessa forma, compreende-se que a violência que o adulto impõe ao infantil deixa marcas para além das físicas, ainda mais quando perpetuada por aqueles a quem deviam proteger.

Partindo dessa premissa o presente estudo surgiu do interesse pessoal da pesquisadora em averiguar a temática da violência sexual infantil efetuada pelos genitores.

Diante deste panorama, o objetivo do estudo foi investigar às consequências psicológicas da violência sexual infantil intrafamiliar, por acreditar ser uma forma de violência muito danosa à criança. Da família, lugar onde se espera o amor e a proteção, as vítimas são convocadas a

responder com silêncio e assujeitamento. Neste sentido os objetivos específicos consistiram em caracterizar as formas de violência infantil; identificar a dinâmica familiar no contexto da violência; bem como verificar os impactos psicológicos na vida da criança.

Assim o estudo surgiu do interesse pessoal da pesquisadora sobre o tema a partir da problemática: Quais as demandas e consequências psicológicas da violência direcionada à criança pelos seus genitores?

Tomar-se-á como embasamento o aporte psicanalítico por acreditar ser essa que contempla uma compreensão do desenvolvimento infantil, das questões psíquicas que emergem no núcleo familiar, articulando sobre as noções de trauma.

Para melhor compreensão, o estudo encontra-se dividido em três seções. Para refletir acerca das consequências psicológicas da violência sexual infantil, faz-se necessário, em primeiro momento, compreender o que vem a ser essa forma de violência. Portanto a seção I aborda a o desenvolvimento da infância e o abuso sexual.

Ao ser abordado o tema de violência sexual direcionada à criança, faz-se importante, tecer esclarecimentos sobre as políticas estabelecidas pelo Estado em atendimento e prevenção ao abuso sexual infantil. Dessa forma a seção II tratará das políticas no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

A seção III visa caracterizar a violência sexual infantil; a dinâmica familiar, bem como os impactos psicológicos na vida da criança acometida pela violência através do aporte psicanalítico.

Sendo assim, o estudo irá contribuir para a compreensão dos aspectos que permeiam esta forma de violência e suas consequências na vida infantil, viabilizando, portanto, possíveis formas de intervenções.

SEÇÃO I

O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E O ABUSO SEXUAL

A violência destinada ao infantil, entendendo-o pelo viés da infância cronológica, constitui um fenômeno grave e recorrente na atualidade. Não raro, observamos sendo noticiados vários casos de agressões, de todas as formas e tipos direcionados as crianças por seus genitores.

Para abordar a temática das consequências psicológicas da violência sexual infantil intrafamiliar, em primeiro momento propõe-se compreender o conceito de infância e do abuso sexual ao longo da história.

1.1. A violência direcionada a criança ao longo da história

Para Ribeiro (2012) na perspectiva ocidental, o conceito de infância é historicamente recente, fortalecendo-se nos países europeus a partir da Modernidade, na medida em que a criança, através de um lento processo, passou a ser alvo de maior atenção e valorização.

Até a Idade Média, a família tinha como funções principais a preocupação com os bens, a prática comum do trabalho e a ajuda mútua para sobrevivência, não sendo ressaltada sua função afetiva nem a preservação da intimidade doméstica (ARIÈS, 1981).

Neste sentido o que o autor traz subjacente é que a dominação e violência contra crianças perpetuada historicamente, sempre esteve presente na humanidade desde os mais antigos registros, como afirma Faleiros e Faleiros (2008) ao citar De Mause:

A história da infância é um pesadelo do qual recentemente começamos a despertar. Quanto mais atrás regressamos na História, mais reduzido o nível de cuidados com as crianças, maior a probabilidade de que houvessem sido assassinadas, aterrorizadas e abusadas sexualmente (MAUSE, 1980 *apud* FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Corroborando com esse pensamento Lima (2009), ressalta que o poder familiar representava direito de propriedade dos pais para com os filhos, assim lhes era assegurado o direito de castigá-los, flagelar e até condenar a prisão. Nesse período da história, por volta dos sete anos, a criança era encaminhada para a aprendizagem dos ofícios, sendo comum ser criada por outra família, e imediatamente envolvida no mundo adulto, participando do trabalho, do lazer, da vida cotidiana.

Outro aspecto no que tange aos primórdios da violência infantil, para Lima (2009) era o abandono de crianças em orfanatos, nas conhecidas “rodas dos expostos”, refere a um artefato de madeira fixado ao muro ou janela do hospital, no qual era depositada a criança, sendo que ao girar o artefato a criança era conduzida para dentro das dependências do mesmo, sem que a identidade de quem ali colocasse o bebê fosse revelada.

Faleiros e Faleiros (2008) esclarecem que o objetivo desse instrumento era esconder a origem ilegítima da criança e salvar a honra das famílias. Logo, havia grande mortalidade, em torno de 90% das crianças morriam por omissão ou falta de condições da própria Santa Casa ou por desinteresse da Corte.

Para os supracitados os maus tratos abrangiam ainda a imobilização de bebês por enfaixamento, usados enquanto os adultos cuidavam de seus afazeres. Tal procedimento também caracterizava uma recomendação médica para vencer as fraquezas herdadas pelas crianças.

Nos Séculos IV ao XIII, segundo DeMause (*apud* LIMA, 2009) os maus tratos as crianças se justificavam por serem vistas como possuidoras do mal, dessa forma apanhavam, eram espancadas, mantidas emocionalmente distantes dos pais, sendo abandonadas ou vendidas para escravidão.

Machado e Sanches (2014) relatam que a única justificativa destes maus tratos é que as crianças deveriam ser moldadas de acordo com o desejo dos adultos. Para eles, outra forma de violência se dava pelas extensas horas de trabalho com o surgimento das fábricas em meio à revolução industrial.

No que tange à violência sexual, Ribeiro (2012) pontua que relatos de práticas sexuais envolvendo crianças, de caráter incestuoso ou não, existem desde a Antiguidade. Para a autora, comentando sobre as travessias marítimas para o Brasil no século XVI, há relatos que meninos a partir dos 9 anos eram trazidos nas embarcações portuguesas como grumetes ou pajens e, além do trabalho e pesado ao qual eram submetidos, muitas vezes eram também violentados sexualmente por marujos e oficiais.

Ramos (2000) relata da mesma forma, meninas pobres portuguesas obrigadas a vir ajudar na povoação da colônia, acompanhadas ou não pelos pais, sofriam violências sexuais durante as viagens. Ao longo dos séculos, em todo o mundo, crianças do sexo masculino e feminino foram utilizadas como objeto de satisfação sexual por adultos.

Para os autores, a partir do movimento dos moralistas e educadores que ganhou força no século XVII, houve uma crescente preocupação com a preservação da inocência infantil. Toda uma literatura moral e pedagógica voltou-se para a idealização da criança vista como assexuada e sem pecado, diante da qual deveria haver uma nova postura de recato na linguagem e nos modos de se comportar.

Assim, no século XVIII, é que a família se constitui e se consolida na composição nuclear de família e/ou modelo burguês. Ou seja, sua composição nuclear era constituída basicamente no que chamamos de pai, mãe e filhos (ALVES, 2009).

Percebe-se neste histórico de violência que a dignidade infantil dependia do adulto, neste caso, o próprio pai, e de como ele desejasse dispensar a criança essa dignidade apoiada pelas leis regentes da época (MACHADO; SANCHES, 2014).

Áries (2006) fomenta que esse cenário trouxe uma série de transformações sociais e econômicas associadas aos princípios morais e religiosos provocaram mudanças na forma de

conceber a família e a infância, o que salienta a construção sócia histórica dessas categorias, que expressam as marcações do tempo e do lugar nos quais emergem. Contudo, não só a inocência da criança passou a ser apreciada, mas uma nova concepção de ser criança emergiu, inaugurando a infância e prolongando essa fase do desenvolvimento humano.

Segundo Aded (*et al.*,2006) apenas em 1857 e 1860, artigos do médico francês Ambroise Tardieu foram publicados descrevendo casos de violência infantil, incluindo abuso sexual de meninos e meninas, mas ele não conseguiu convencer seus pares de que a maior parte das violações era cometida por parentes ou responsáveis. Somente um século depois, artigos de médicos norte-americanos sobre violência intrafamiliar infantil suscitaram discussões em toda a sociedade, provocando a revisão de leis e o estabelecimento de políticas públicas nos Estados Unidos para prevenção da violência infantil.

1.2. O conceito de abuso sexual

Para a Organização Mundial da Saúde (1999), abuso sexual refere-se ao envolvimento da criança em atividade sexual para a qual ela não tem condições, capacidade ou está desenvolvida para compreender e consentir.

Segundo Araújo (2002) é uma forma de violência que envolve poder, coação e/ou sedução. É uma violência que envolve duas desigualdades básicas: de gênero e geração.

É o que ressaltam Amazarray e Koller (1998, p. 561) ao afirmarem que “o abuso sexual pode ser definido como o envolvimento de crianças e adolescentes em atividades sexuais que não compreendem em sua totalidade e com as quais não estão aptos a concordar”.

Junqueira (1999, p. 57) enfatiza a vulnerabilidade da criança ao salientar que o abuso sexual seria uma “tentativa de anulação do sujeito por atacar sua vulnerabilidade, [...] a criança abusada sexualmente deixa de ser sujeita e passa a ser submetida”.Assim, o abuso sexual infantil é frequentemente praticado sem o uso da força física e não deixa marcas visíveis, o que dificulta a sua comprovação, principalmente quando se trata de crianças pequenas, podendo variar de atos que envolvem contato sexual com ou sem penetração até atos em que não há contato sexual, como o voyeurismo e o exibicionismo.

Gabel (1997, p.48) conceitua a violência sexual infantil como “o ato sexual, relação hétero ou homossexual entre adultos e criança ou adolescente, objetivando utilizá-la para obter uma estimulação sexual”.

Tal violência destinada a criança ou adolescente também pode ser definida segundo a perspectiva de Guerra (1998) como:

[...] envolvimento de crianças e adolescentes, dependentes e imaturos quanto ao seu desenvolvimento, em atividades sexuais que não têm condições de compreender plenamente e para as quais soam incapazes de dar o consentimento informado ou que violam as regras sociais e os papéis familiares e incluem a pedofilia, os abusos sexuais violentos e o incesto.

Essa violência pode acontecer de várias formas. Ferrari e Vecina (2002) ressaltam que podem incluir ou não contato físico, com ou sem uso de coerção, desde palavras insinuantes, carícias, beijos, exibição dos órgãos genitais até penetração, ou seja, a violação.

1.3. Relação incestuosa

As pesquisas antropológicas e etnológicas trazem diversos estudos sobre o incesto, definindo-o de modo geral como: “a transgressão da proibição do casamento dentro da família nuclear” (FELIZARDO; ZURCHER; MELO; 2003). Tal proibição estaria presente com uma função reguladora em todas as culturas, sobretudo quando envolve membros da família nuclear com diferença significativa de idade, ou seja, relação com crianças.

De acordo com Rangel (2001) o incesto é qualquer tipo de contato sexual entre parentes do mesmo sangue e afins. Sendo assim para a mesma tal ato é uma ação de *transgressão* realizada no corpo de uma pessoa com relação consangüinidade de primeiro grau ou com vínculo simbólico semelhante. É o que coloca uma proximidade entre Lei, Transgressão e Desejo. É a violação do tabu.

Sobre a questão Rinjaards (1988 apud FELIZARDO; ZURCHER; MELO; 2003) acrescenta que o incesto é necessariamente proibido porque ele é incompatível com a existência dos fatores fundamentais de uma cultura, qualquer que seja ela: se os costumes, a moral, e a lei permitirem o incesto, a continuação da existência da família estaria correndo risco. O momento do amadurecimento seria ao mesmo tempo o momento do caos social.

Freud (1924/1996) explica o incesto como lei civilizatória a partir do mito da horda primitiva. A horda era conduzida por um patriarca que possuía o domínio sexual sobre as mulheres. De acordo com Freud os filhos envergonhados o assassinaram, entretanto o tabu do incesto sobreviveu a morte do grande pai. Os filhos arrependem-se identificaram-se com o pai e a proibição continuou os filhos renunciaram às mulheres do clã e a civilização sobreviveu a partir do interdito do incesto.

Freud (1924/1996) concebe a proibição do incesto como a questão central de sua teoria, sendo fundamental para a construção da estrutura mental pois é através desta proibição que emerge as três instâncias que constituem o psiquismo: o id, o ego e o superego, sendo o id a representação da vida instintiva, o superego nasce a partir da proibição, ou seja da internalização da lei e das normas sociais e o ego faria a mediação entre as manifestações da vida instintiva e as normas sociais e culturais.

SEÇÃO II

POLÍTICAS DE ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

Esta seção tem como finalidade tecer registros dos fatos que marcam a recente luta política em torno do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no país, através do Estado brasileiro, dos movimentos sociais em defesa do direito da criança e adolescente e dos órgãos internacionais, entre os anos de 1980 até o ano de 2005, que consiste na criação do atual e principal programa de proteção à criança e adolescentes brasileiras vítimas de violência.

2.1. Trajetória da luta pela construção das políticas públicas no enfrentamento à violência sexual perpetradas contra crianças e adolescentes

Matos (2010) afirma que o período ocorrido entre 1980 e 1984 marcou o início da articulação nacional entre as entidades que atuavam isoladamente em suas cidades e estados no enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil.

Ainda conforme a autora, tais entidades lidavam principalmente com abusos e violência experimentados por meninos e meninas na condição de rua. Entre os anos de 1985 a 1990 foram criadas organizações nacionais de defesa dos direitos da criança, como o movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a Rede da Pastoral do Menor, o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como outras entidades de atenção a maus-tratos na infância com o Centro Regional de Atenção aos Maus tratos na Infância (CRAMI), a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA) e o Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente (casa de passagem). Esses mecanismos contribuíram para tirar da invisibilidade o tema da violência sexual doméstica contra a criança e adolescentes no Brasil.

No contexto internacional, cabe destaque para os anos de 1989, com a promulgação pela ONU da Convenção sobre os Direitos da criança que, por sua vez, foi ratificada no Brasil em 20 de novembro de 1989. Logo após, em 1990, foi promulgado, também no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/90 que, juntamente com o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, fundamentam o dever da família, da comunidade, da sociedade civil em geral e do poder público na proteção integral da criança e adolescente.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Corroborando com esse pensamento, Ribeiro (2012) salienta que o ECA segue os mesmos princípios da Constituição, instituindo a doutrina da proteção integral da população infanto-juvenil, tendo como contribuição para a sua efetivação os movimentos sociais e alicerçando-se no fato de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos.

Em 1991 foi fundada uma das ONG's mais ativas, organizadas na defesa dos direitos das crianças e adolescentes brasileiras, o Centro de Defesa da Criança e Adolescente na Bahia (DECA) que tinha por missão combater especificamente a violência contra crianças e adolescentes (MATOS, 2010).

No ano de 1993, de acordo com a supracitada, ocorreu a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição Infantil com a articulação da casa Renascer (Natal/RG), contando ainda com a participação do Fórum Nacional (DCA), do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Movimento dos Direitos Humanos e Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e Adolescentes entre outros. Esse encontro fomentou debates, pesquisas e seminários referentes ao tema do abuso sexual infantil, que foram realizados por todo o país.

Em 1996, o Brasil com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização internacional ECPAT buscaram fortalecer os movimentos visando a prevenção do abuso sexual infantil que culminou na realização do Primeiro congresso Mundial Contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Suécia (MATOS, 2010).

Segundo Matos (2010) um dos compromissos assumido pela Confederação Brasileira foi à mobilização e implementação de diversas ações para a defesa e proteção das crianças brasileiras.

Como resultado então criou-se a Rede de Informação sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (RECRIA).

Outra ação que vale destaque, segundo a supracitada, realizado pela ECPAT com coordenação do RECRIA neste mesmo ano foi o Seminário sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas. Tal seminário teve importante destaque no cenário brasileiro e suas conclusões ficaram então conhecidas como a carta de Brasília, que serviu de base para a implementação e base de programas mais efetivos nessa área como o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil (PNEVSI) e mais tarde o programa Sentinelas.

As revisões literárias de Matos (2010) e Ribeiro (2012) apresentam o ano de 1997 como um marco. Nesse ano, aconteceu o I Encontro da ECPAT no Brasil, reunindo mais de 60 organizações governamentais e não governamentais que atuam no combate a violência sexual infantil. Neste encontro ficou firmado o dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração sexual infanto-juvenil, com o objetivo de mobilizar a sociedade para o enfrentamento dessa problemática. A data 18 de maio foi estrategicamente escolhida para marcar o dia da morte da menina Araceli em ES, por ser um caso emblemático de violência extrema e impunidade (MATOS, 2010).

Já em 1998 aconteceu o II Encontro ECPAT Brasil, no qual foi constituído 14 grupos regionais. Participaram do evento 84 entidades, possibilitando a identificação de diversas parcerias para a prevenção, atendimento, defesa, metas e sugestão do tema abuso infantil (MATOS, 2010).

No ano 1999 aconteceu o primeiro esboço do Plano Nacional de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Em 2000 o Departamento da criança do Ministério da Justiça junto com a Secretaria Executiva da Casa Renascer, realizou um encontro para discutir e aprovar o Plano Nacional de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSIJ).

A finalidade do Plano Nacional consiste em fomentar um conjunto de ações organizadas de forma a permitir uma intervenção política, técnica e financeira para o combate a violência sexual infanto-juvenil (Brasil, 2001).

A primeira ação concreta empreendida pelo governo federal dentro do cumprimento destas metas foi a criação do Programa Sentinela, com objetivo voltado para o atendimento psicossocial infantil. O programa teve suas diretrizes e normas estabelecidas em dezembro de 2001, através da portaria no 878/2001, e sua implantação iniciada em 2002, sob a responsabilidade da extinta SEAS – Secretaria de Estado de Assistência Social, Ministério da Previdência e Assistência Social (BRASIL, 2002b).

Em 2003 foi constituída a Comissão intersetorial de enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Neste mesmo ano consolidou-se a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Congresso Nacional, sendo também criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI).

Em 2006, com a implantação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, o Sentinela passou a se inserir como serviço do CREAS– Centro de Referência Especializada de Assistência Social, obedecendo às Normas Operacionais Básicas da Política Pública de Assistência Social (COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. BRASIL, 2006a).Essas normas visam

Promover e consolidar o pleno exercício, por parte do poder público municipal e do Distrito Federal, da função de gestor da atenção à saúde dos seus municípios (Artigo 30, incisos V e VII, e Artigo 32, Parágrafo 1º, da Constituição Federal), com a consequente redefinição das responsabilidades dos Estados, do Distrito Federal e da União, avançando na consolidação dos princípios do SUS (BRASIL, 1997 p. 6).

De acordo com o Guia de Orientação nº 1 do CREAS (BRASIL, 2005):

o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS constitui-se numa unidade pública estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado.

Nesta perspectiva, tem por diretriz proteger às vítimas de violência, monitorar e reduzir a ocorrência de riscos, seu agravamento ou sua reincidência,prestando atendimento prioritário a crianças, adolescentes e suas famílias, seja em situações de risco pessoal e social por ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violência física/psicológica/sexual, discriminações sociais e restrições a plena vida com autonomia e exercício de capacidades (BRASIL, 2005).

Mediante isso destaca-se que este serviço devem funcionar em estreita articulação com os demais serviços da proteção social básica e da especial, com as demais políticas públicas e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos como, conselhos tutelares, vara da infância e da juventude, promotoria da infância e juventude, delegacia de proteção à criança e ao adolescente, entre outros (BRASIL, 2005).

SEÇÃO III

AS CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL FAMILIAR

3.1. Psicanálise e o infantil: acriança enquanto sujeito

Criança, infantil e infância são termos comumente utilizados como sinônimos, porém no campo psicanalítico ganha diferentes significativos. Para Zavaroni (et., al, 2007) enquanto a infância refere-se a um tempo da realidade histórica, o infantil é atemporal e está remetido a conceitos pulsão recalque e inconsciente.

Neste sentido para a psicanálise o infantil é entendido como inscrições marcadas no inconsciente presente por toda vida e irreduzível a dimensão cronológica e evolutiva (JIN HUH; CAVALINI, 2011). No início do século XX, Freud afirmou que as primeiras relações e vivências ocorridas na infância têm grande importância e podem definir o desenvolvimento da vida adulta. Para o autor, em todas as fases da vida existia a presença de processos inconscientes e da sexualidade infantil, ao contrário do que a psicologia do desenvolvimento acreditava.

Em um primeiro movimento em direção a uma abordagem do infantil, Freud (1893/1996) postulava uma cena de natureza sexual ocorrida na infância que, posteriormente na adolescência, assumia um poder mórbido de produzir sintomas psíquicos. Aqui o infantil é tomado como um adjetivo para se referir a um momento cronológico da vida do sujeito.

Desconhecendo a presença da sexualidade no próprio funcionamento psíquico da criança, a infância é o palco de uma cena excessivamente sexual que chega ao psiquismo imaturo da criança com o impacto de um trauma. Como consequência, a criança sucumbe ao excesso da experiência sexual, trazida pela sedução de um adulto, aprisionando-a na teia diabólica de uma reminiscência que financiará todo o sofrimento neurótico do adulto (FREUD, 1893/1996).

Costa (2000) esclarece que nas primeiras formulações psicanalíticas, infantil é um adjetivo referente a um momento cronológico da vida psíquica, o qual passa a acompanhar as experiências produtoras de sofrimento em tempos posteriores. Na etiologia das neuroses buscavam-se as experiências sexuais traumáticas ocorridas durante momentos iniciais da vida.

Neste sentido o supracitado, o abandono dessa teoria produz um novo olhar para o infantil: ao substantivá-lo, começa a ser abordado a partir da lógica do inconsciente. Fica assim estabelecida uma relação intrínseca entre o infantil e a pulsão.

Neste sentido antes de conhecer as consequências psicológicas o abuso sexual infantil intrafamiliar vê-se necessário compreender como se dá a estruturação psíquica saudável desse

sujeito para então compreender os prejuízos causados pelo abuso sexual por genitores nessa fase de desenvolvimento. Assim o subtítulo seguinte aborda o desenvolvimento psíquico segundo a teoria Freudiana.

3.2. A Constituição psíquica Segundo Freud

Freud, ao construir a Psicanálise, colocou como ponto fundamental na estruturação do sujeito o Complexo de Édipo. A criança, ao nascer, é investida de libido por sua mãe com os toques e cuidados que tem com seu filho. Estes cuidados fazem a criança experimentar as primeiras sensações de prazer.

O seio que a amamenta é o primeiro objeto que ela encontra como fonte deste prazer. A mãe se torna um objeto de desejo, pois é quem lhe dá proteção e prazer, necessários para sua existência. Com o passar do tempo, que é mais lógico do que cronológico - pensando o tempo como pessoal e subjetivo -, a criança experimenta outras sensações, como a de produzir excrementos, passando a obter prazer em outras atividades, além da oral.

A libido que começa a se organizar em zonas erógenas (oral e anal), passa a outro estágio: a organização fálica. Freud chamou assim porque percebeu que existia a primazia de um órgão, tanto para as meninas quanto para os meninos, como referência o pênis. O menino acredita que todos os seres vivos possuem um órgão igual ao dele:

Para ele é natural presumir que todos os outros seres vivos, humanos e animais possuem um órgão genital como o seu próprio; sabemos, é verdade, que ele procura um órgão análogo ao seu também nas coisas inanimadas. Essa parte do corpo, facilmente excitável, inclinada a mudanças e tão rica em sensações, ocupa o interesse do menino em alto grau instantaneamente estabelece novas tarefas ao seu instinto de pesquisa” (FREUD, 1923/ 1996).

Continuando com suas investigações sobre seu corpo e o do outro, o menino descobre que nem todos possuem o mesmo órgão que ele tem, através da visão de uma menina ou de sua própria mãe. No entanto, ele pensa que elas possuem o pênis, mas que ainda não cresceu ou seu tamanho é muito pequeno.

Um caso que foi analisado por Freud através do material trazido por seu pai, também médico, conta a história de um menino que sofria com sua fobia de cavalos. Em um período da sua

infância, Hans começa a investigar os pênis em objetos inanimados e nos animais, inclusivamente dos cavalos.

Voltando seu olhar à mãe, ele questiona se as meninas também têm: “(...) Mas então como é que as meninas fazem pipi, se elas não têm pipi? (...)” (FREUD, 1924/1996). Logo ele se depara com a ausência do órgão masculino nas mulheres, percebendo como uma punição por algo que elas fizeram de errado.

Ao desejar a mãe como seu objeto, surge o pai que intervém nesta relação como uma ameaça a essa união, colocado por Freud como “castração”, uma operação que atua nessa separação da mãe com seu filho. Entende que a punição pode acontecer a ele, por analogia ao que aconteceu com as mulheres. No entanto, esta ameaça só se torna significativa quando é acompanhada de algum valor para a criança:

“Não existe, porém, prova que demonstre que, ao efetuar-se a ameaça de castração, essas experiências tenham qualquer efeito. Somente quando uma nova experiência lhe surge no caminho, que a criança começa a avaliar a possibilidade de ser castrada” (FREUD, 1924/1996).

Ao final do Édipo, o menino desiste de ter a mãe como objeto amoroso e investe sua libido em outros objetos para substituir o que o completava e agora se encontra perdido.

Essa investigação à procura de um saber sobre a questão sexual também se dá na menina, mas por outra lógica. Seu primeiro objeto de amor também é a mãe, que para a menina, é possuidora de um pênis. Ao se deparar com a falta da genitália masculina na mãe, fantasia que ela possui sim, mas que com o tempo crescerá. Até esse ponto existe uma analogia ao Édipo masculino, mas a partir deste momento se diverge.

Essa diferença existe pelo fato de que há um período em que a menina faz uma transição de objetos. Deixa de desejar a mãe, o que é considerado como uma posição ativa e masculina, para desejar o pai, passivamente esperando que ele a deseje como sua mulher, colocando-se em posição feminina para tomar o lugar da mãe.

No caso do menino, deixa de desejar a mãe por temer que o pai faça alguma coisa com ele, passando a ter uma relação de amor e ódio dirigido ao pai. A menina percebe que na verdade sua mãe nunca teve e que ela não nasceu portadora desse órgão, sendo sua pré-condição, como foi dito por Freud:

O clitóris na menina inicialmente comporta-se exatamente como um pênis, porém quando ela efetua uma comparação com um companheiro de brinquedos do outro sexo, percebe que ‘se saiu mal’ e sente isso como uma injustiça feita a ela e como fundamento para inferioridade” (FREUD, 1924/1996).

Ao voltar o olhar para si, vê que ela também não tem, atribuindo a culpa de sua falta à mãe, por tê-la feito incompleta “como motivo mais forte para a menina se afastar dela, a censura por a mãe não lhe ter dado um pênis apropriado, isto é, tê-la trazido ao mundo como mulher” (FREUD, 1931/1996). A partir disso, a menina busca uma compensação para esta falta e tenta encontrar o objeto que lhe foi negado, passando então a desejar aquilo que o pai possui. Espera dele o objeto que a mãe não deu, rivalizando com ela o desejo do pai.

A menina, “(...) gosta de considerar-se como aquilo que seu pai ama acima de tudo o mais, porém chega a ocasião em que tem de sofrer parte dele uma dura punição e é atirada para fora de seu paraíso ingênuo (...)” (Freud, 1924/1996).

Neste contexto para Freud (1924/1996) a menina agora precisa renunciar ao falo que espera do pai, mas:

A renúncia ao pênis (não ao órgão que espera receber, mas sim o falo) não é tolerada pela menina sem alguma tentativa de compensação. Ela desliza — ao longo da linha de uma equação simbólica, poder-se-ia dizer — do pênis para um bebê (Freud, 1924/1996).

Em seu texto “Sexualidade Feminina” (1931/1996), Freud constrói que a mulher encontra três saídas para a resolução do Édipo. Uma é a exclusão de qualquer atividade sexual evitando o contato com o sexo oposto; outra é a homossexualidade, que para se “proteger” da castração se coloca em uma posição fálica que deseja uma mulher para completá-la, e por último desejando um filho, como representante fálico do pai. Complementa que esta última saída é a que mais se aproxima da feminilidade.

Através da passagem pelo Édipo que se funda o inconsciente, assim para o autor a sexuação acontece de acordo com estruturas psíquicas que são estabelecidas pelas posições que cada um ocupa nesta operação. O menino está na presença do pênis, mas está na constante ameaça de perda, se deparando com a possibilidade da castração.

A menina está na ausência de um órgão que a represente pela falta real no corpo, mas se mantém na presença pela inveja fálica, onde rivaliza com o outro uma coisa que ela aparenta ter, o

falo: “Assim a diferença essencial de que a menina aceita a castração como um fato consumado, ao passo que o menino teme a possibilidade de sua ocorrência” (Freud, 1924/1996). Neste sentido o menino e a menina entram de formas diferentes no Édipo, mas ambos relacionados ao falo, como representante do pênis:

A característica principal dessa ‘organização genital infantil’ é sua diferença da organização genital final do adulto. Ela consiste no fato de para ambos os sexos, entrar em consideração apenas um órgão genital, ou seja, o masculino. O que está presente, portanto, não é uma primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do falo (Freud, 1924/1996).

Neste sentido Hall e Lindzey (1984, *Apud* AGUIAR; FARIAS& NENTES;2015) ressaltam que o desenvolvimento da personalidade humana se dá a partir das contribuições de cada fase de desenvolvimento. Assim a aparição do complexo de Édipo e o complexo de castração dão existência as importantes ocorrências que acontecem durante o período fálico, que deixam marcas e vestígios em sua estruturação.

Ao final deste processo, conforme salienta os supracitados, o infante passa a ser um sujeito de desejos. Neste contexto “(...) a criança abusada sexualmente deixa de ser sujeito e passa a ser submetida”(JUNQUEIRA, 1999: 57) a um objeto dos desejos de um outro adulto, remetendo a dualidade sexualidade-desamparo.

Goldfeder (2001) aponta que nesse momento a criança é confrontada com o excesso. Esse excesso remete à uma experiência de desamparo na qual instala-se o trauma, propulsor de um quadro de sofrimento mental e psicopatologia.

3.3. Teoria da Sedução

Para Andrade e Maia (2008) a teoria da sedução criada por Freud em 1895, baseia-se na tentativa de uma explicação para o recalçamento sexual - fonte da histeria. Baseando-se em seus casos clínicos Freud constatou sob os relatos de 18 mulheres diagnosticadas com neurose histérica, devido ao abuso sexual por parte do pai.

Dessa forma Freud encontra subsídios para a criação da teoria da sedução, onde a criança na primeira cena sofre passivamente da parte de outro (na maioria das vezes, adulto) manobras ou propostas sexuais, as recalçando-as. Já a partir da puberdade esse indivíduo irá reviver essa cena

de forma traumática desenvolvendo os sintomas histéricos. Conforme Laplanche & Pontalis (1998)

(...) esta teoria supõe que o trauma se produz em dois tempos separados um do outro pela puberdade. O primeiro tempo o da sedução propriamente dita, é caracterizado por Freud como acontecimento sexual “pré-sexual”; o acontecimento sexual é trazido do exterior a um sujeito que ainda é incapaz de emoções sexuais (ausência das condições somáticas da excitação, impossibilidade de integrar a experiência). A cena, no momento em que se produz, não é objeto de um recalque. Só no segundo tempo um novo acontecimento, que não implica necessariamente um significado sexual em si mesmo, vem evocar por alguns traços associativos a lembrança do primeiro: “Aqui, nota Freud, oferece-se a única possibilidade de ver uma lembrança produzir um efeito muito mais considerável do que o próprio incidente.” (1a) é em virtude do afluxo de excitação endógena desencadeado pela lembrança que esta é recalçada. (Laplanche & Pontalis, 1998).

No entanto em 1897 ao analisar seus casos Freud chega à conclusão que o abuso em si, era apenas uma fantasia do desejo inconsciente da criança pelo pai. Costa (2007) conclui que a fantasia pode ser considerada uma síntese integrada de ideias, sentimentos, memória e interpretações onde o que predomina são os elementos afetivos.

Tal teoria pode ser pensada como uma satisfação imaginária dos desejos, da libido, devido a seu caráter particular, mas, pode também ser pensada no sentido de falta. O conceito aparece diversas vezes na obra de Freud a partir de diferentes explicações: fantasias conscientes, inconscientes, pré-conscientes, porém todas elas possuem em comum a satisfação substituta da realidade não satisfeita.

Costa (2007) ainda ressalta que, a fantasia possui aspectos positivos e negativos podendo ora contribuir para a adaptação do sujeito ora para um desvio da realidade com permanência em um mundo irreal impedindo-o de enfrentar os problemas concretos.

Neste sentido para o mesmo, Freud passa então a considerar que é a associação entre a fantasia inconsciente e um acontecimento externo (a sedução) que produz um efeito patogênico e perturbador, e que é esta a associação responsável por sentimento de culpa. Desta forma a teoria da sedução deu lugar à teoria do Complexo de Édipo do desenvolvimento da sexualidade infantil.

3.3. Concepção do trauma

Central à noção de abuso sexual, sob a compreensão psicanalítica, está o conceito de trauma. De acordo com Laplanche e Pontalis (1998), o trauma pode ser definido como:

Acontecimento da vida do sujeito que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que se encontra o sujeito de reagir a ele de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica. (LAPLANCHE E PONTALIS p.522).

Uma importante síntese sobre o desenvolvimento da definição de trauma, sob o ponto de vista freudiano, é o trabalho de Almeida-Prado e Féres-Carneiro (2005). Segundo as supracitadas concomitantes ao próprio desenvolvimento da teoria psicanalítica, está o desenvolvimento da noção de trauma.

Inicialmente, este conceito se encontra atrelado à formulação da Teoria da Sedução, para, posteriormente, ser descrito como algo relativo "à urgência e pressão das pulsões sexuais e à luta que o ego trava contra elas, e os conflitos e as vivências traumáticas passam a ser examinados e compreendidos a partir das fantasias inconscientes e da realidade psíquica interna" (p.13). Finalmente, em um terceiro momento da teoria freudiana, o trauma adquire uma nova dimensão, e a essência da situação traumática estaria diretamente ligada à experiência de desamparo por parte do ego diante de um excesso de excitação.

3.4 – Abuso sexual: possíveis consequências

Para Jin Huh e Cavalini (2011) o abuso sexual infantil intrafamiliar tem consequências catastróficas no desenvolvimento do sujeito. Para as mesmas, a criança se encontra em uma fase de vulnerabilidade, na qual está desenvolvendo sua capacidade de elaboração psíquica.

Freud (1916/1996) cita que são as impressões dos anos iniciais que se apresentam como distúrbio na vida adulta, por isso a importância do papel dos pais na formação dos vínculos iniciais e futuros na vida de uma criança.

Fuks (1998) em seu estudo ressalta que o abuso sexual afeta e altera a história do sujeito, e dependendo do processamento da situação traumática pode chegar a afetar a geração seguinte.

Os adultos que sofreram abuso na infância ficam lesados em sua autoestima, e em consequência disso, a vulnerabilidade das mulheres em relação a homens sexualmente exploradores aumenta, e sua capacidade de proteger os filhos diminui (...) frequentemente o abusador reproduz os modelos de violência que vivenciou em sua infância, gerando o ciclo da violência(FUKS 1998, p 123).

Assim Piva (2006) considera o processo de transmissão como um elemento positivo a partir do momento em que o herdado passa por uma transformação, no entanto, para a autora “num outro extremo, quando o herdado é apenas acatado, sem elaboração, estamos no território da compulsão à repetição, da alienação. O herdado passa a ser, então, como um destino a se cumprir” (PIVA, 2006 p. 24).

Ao discorrer sobre a temática da repetição, Freud (1914/1996) em Recordar, Repetir e Elaborar, aponta que são repetidos conteúdos inconscientes internalizados que referenda ao registro de uma dor que foi inconscientemente armazenado, e que retorna em outras versões por ser a original responsável pelo sofrimento. Ou seja, o sujeito revive sobre a condição da resistência, suas inibições, suas atitudes inúteis e seus traços patológicos de caráter.

Em 1920 em Além do princípio do prazer, o autor faz apontamento, ressaltando que tal compulsão diz respeito às neuroses traumáticas produzidas na infância, a qual subjuga o princípio do prazer. Levando em conta essas considerações, Freud destaca que:

Nenhuma dessas coisas podem ter produzido prazer no passado, e poder-se ia supor que causariam menos prazer hoje se emergissem como lembranças ou sonhos, uma vez de assumirem a forma de experiências novas [...] a despeito disso são repetidas sob a pressão de uma compulsão (FREUD, 1920/1996, p 32).

Dessa forma, Ferenczi (1933/1992) aponta que crianças mal acolhidas, ou acolhidas com rudeza e sem carinho, ao experienciarem um sentimento de desprazer, devido à quantidade de energia libidinal envolvida, por não haver uma elaboração, ou uma negação da pulsão envolvida, em sua vida adulta, o revive de uma forma intensa, levando a compulsão à repetição, mantendo certo pessimismo e aversão à vida.

Corroborando com esse pensamento Fuks (2006) relata que “o abuso sexual representa uma verdadeira catástrofe na vida de uma criança e produz uma devastação da estrutura psíquica que afeta seus distintos aspectos”. (FUKS, 2006, p. 41) revelando que crianças adolescentes que sofreram abuso sexual apresentam comportamentos como sentimento de culpa, depressão, baixa

auto-estima, timidez, agressividade, medo, embotamento afetivo, isolamento, dificuldade em confiar nos outros, alterações de sono, dores abdominais, fugas de casa, sexualidade exacerbada.

A autora afirma que a criança abusada sexualmente vivencia uma situação de ameaça e desamparo, sendo a angústia experimentada de morte. O sentimento de desamparo é consequência da quebra de confiança das figuras que esperava proteção amorosa.

Ressalta ainda que a condição da criança como sujeito é abolida e o agravante é que a violência exercida pelo adulto, que deveria ser referência de modelo para suas relações futuras foi o responsável pela anulação da sua própria subjetividade. A criança sente-se traída e ao mesmo tempo culpada, pois é levada a fantasiar que foi a causadora de sua própria situação de abuso, criando-se um vínculo maior em relação ao silêncio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou dialogar acerca das questões que desvelam as consequências da violência sexual infantil intrafamiliar. Neste sentido foi possível observar que são muitos os impactos no psiquismo das vítimas de abuso sexual, pois tal violência envolve inúmeras variáveis que convergem para comorbidades de violência e de sintomas. Geralmente, as famílias incestuosas violam não só a lei do incesto, mas a liberdade da criança em dispor de seu corpo em desenvolvimento e na busca para ser um indivíduo autônomo.

Por conseguinte, a violência física, psíquica e a negligência estão na maior parte dos casos associadas ao abuso sexual perpetrado por um familiar ou por alguém muito próximo à criança, uma pessoa que a vítima mantém um laço afetivo significativo. Como tais casos são silenciosos, a relação se perpetua pelo poder de coerção do adulto que usa da sedução, ameaça e barganha para induzir a criança a calar-se e não denunciar a situação abusiva.

Assim o trabalho do psicólogo diante essa demanda, pode possibilitar a representação e compartilhamento da angústia gerada pelos conteúdos destrutivos, pois a intervenção frente ao sofrimento das crianças e de suas famílias é uma tentativa de recomposição simbólica, compondo a integridade física e psíquica da criança, visando o fortalecimento dos vínculos e o resgate de resiliência das relações saudáveis e protetivas no sentido de rumar ao bem-estar biopsicossocial.

Conforme Junqueira (2001), a resiliência é a capacidade da criança para traçar um novo caminho de vida, superando a vivência de atos traumáticos, não restringindo sua subjetivação nas marcas associadas aos fatores estressantes. Tal capacidade permite a restauração nos aspectos de formação de vínculo e de confiança, trazendo à tona a singularidade antes perdida pelo abuso sexual.

Diante do exposto, seria necessário investir na conscientização e na construção do significado da violência, o que é violência e seu comprometimento na estruturação psíquica do sujeito.

Neste sentido, o estudo se torna relevante à medida que traz esclarecimentos acerca dos prejuízos causados pela violência sexual infantil intrafamiliar, garantindo assim a cientificidade do tema e o interesse de novas pesquisas na área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aded, N. L. O., Dalcin, B. L. G. S., Moraes, T. M., & Cavalcanti, M. T. **O abuso sexual em crianças e adolescentes:** revisão de 100 anos de literatura. Revista de Psiquiatria Clínica, 33 (4), 2006. Disponível em <<www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832006000400006. Html>> Acesso em Setembro de 2016.

AGUIAR, Sirlei Maria de; FARIAS, Thaiz Maira da Silva; NANTES, Elaine da Silva. **Fases Psicosexuais Freudianas.** IV SIES - Simpósio internacional de educação sexual. Paraná, 2015. Disponível em << <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/698.pdf.html>>> Acesso em Novembro de 2016.

ALMEIDA-PRADO, Maria do Carmo Cintra de; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Abuso sexual e traumatismo psíquico.** Interações v.10 n.20 São Paulo, 2005. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072005000200002.html>> Acesso em Setembro de 2016.

Amazarray, M., Koller, S. H. **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 11 (3), 1998. Disponível em <<www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79721998000300014&script=sci...tlng.html>> acesso em Janeiro de 2016.

ANDRADE, Fernando de; MAIA, Luís. **Sugestão, a outra face da sedução: pela cientificidade da psicanálise.** 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372008000100011.html>>. Acesso em: 08 de set. de 2016.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicol. estud. vol.7 no.2 Maringá, 2002. Disponível em**

<<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722002000200002>>.
Acesso em Dezembro de 2015.

ARIÉS, P. **A história social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual InfantoJuvenil**. Brasília, DF, 2001. Disponível em <<<http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2013/pdfs/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contracrianca-e-adolescentes.html>>>. Acesso em setembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília, DF, 2002a. Disponível em: <http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av_pog/305/prog305.htm>. Acesso em Agosto de 2016.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Portaria nº 878/2001**, de 03 de dezembro de 2001, estabelece diretrizes e normas do Programa Sentinela, e dá outras providências. Republicada, no Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 abr. 2002b Brasília, DF, 2001. Disponível em <<<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/biblioteca/legislacao/portaria878.pdf.html>>>. Acesso em Julho de 2016.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. **Guia de Orientação nº 1 (1ª Versão)**. Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome - Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: <http://www.cogemas.pr.gov.br/arquivos/File/Documento/CREAS_1_Vers%C3%A3o.pdf.html> Acesso em Junho 2016.

COSTA, Rui Alexandre Nunes. **A evolução da perspectiva psicodinâmica no abuso sexual de crianças**: da Psicanálise da teoria da sedução, à Psicanálise do Complexo de Édipo. Disponível em: <<<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0062.pdf>>> Acesso em: 08 de set. de 2016.

FALEIROS, V.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=638-vol-31-escqprotege-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192.html> acesso em Janeiro de 2016.

FELIZARDO, Dilma; ZURCHER, Eliane; MELO, Keilla. **De medo e de sombra**: abuso sexual contra crianças e adolescentes. Natal: AS Editores, 2003.

FERARRI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza Cristina Cruz. **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática. Ed: Ágora, São Paulo, 2002.

FERENCZI, S. Reflexões sobre o trauma. (C. Cavalcanti, Trad.), **Obras completas de Sándor Ferenczi**. São Paulo: Martins Fontes, Vol. IV. 1934/1992.

FREUD, Sigmund. Estudos sobre a histeria. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol II. 1893/1996.

_____. Conferência XX: A vida sexual dos seres humanos. In S. Freud. **Obras psicológicas completas Sigmund Freud**: Rio de Janeiro: Imago. 1916/1996.

_____. **Consequências do abuso sexual infantil**. Percurso, v.18, n.36, p.41-52, 2006.

_____. Recordar, Repetir e Elaborar. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XII 1914/1996.

_____. Sobre a Sexualidade Feminina. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago Editora, Vol. XXI 1931/ 1996.

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Obras psicológicas completas: edição Standard Brasileira**. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago 1905/1996.

_____. A dissolução do Complexo de Édipo. In: **Obras completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX, 1924/1996.

_____. Além do princípio do prazer. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XVIII 1920/1996.

FUKS, L. B. **Abuso sexual de criança na família**. Percurso, v.10, n.20, p.120-126, 1998.

_____. Consequências do abuso sexual infantil. Percurso, v.18, n.36, p.41-52, 2006.

GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

GOLDFEDER, M. F. F. (2001). **A relação esquecida: a mãe nos bastidores do abuso sexual entre pai e filha**. Pulsional Revista de Psicanálise, 138, 16-23. Disponível em <<http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/138_02.pdf.html>> Acesso em Novembro de 2016.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 3.^a edição. São Paulo: Cortez, 1998.

JIN HUH, Diana Myung; CAVALINI, Santuza Fernandes Silveira. **Consequências do abuso sexual infantil no processo de desenvolvimento da criança: contribuições da teoria psicanalítica**. Universidade Presbiteriana Mackenzie. VII Jornada de Iniciação Científica, São Paulo, 2011.

JUNQUEIRA, M. F. P. S. **O abuso sexual da criança e a prática clínica: sexualidade e desamparo**. Rio de Janeiro: PUC, v. 10, 1999.

_____. **Seguindo adiante, criatividade:** a possibilidade de (re) construção após uma vivência de incesto. *Psicologia Clínica* 13(2), 2001. Disponível em <<<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5154974.pdf.html>>> acesso em Setembro de 2016.

KRUG, E. G.; Dahlberg, L. L.; Mercy, J. A.; Zwi, A. B. & Lozano, R. (2003). **Informe mundial sobre a violência e a saúde.** Washington, D.C., Organización Panamericana de la Salud, 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-46652003000300014. Html>> acesso em Junho de 2016.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da Psicanálise** / Laplanche e Pontalis; sob a direção de Daniel Lagache; Tradução Pedro Tamen. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LIMA, Clinaura Maria de. **Infância ferida:** os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais. Curitiba: Juruá, 2009.

MACHADO, Josiel Artigas; SANCHES, Mario Antônio. **A Gênese da Violência Infantil.** CADERNO TEOLÓGICO DA PUCPR, CURITIBA, V.2, N.1, P.173-189, 2014. Disponível em <<www2.pucpr.br/reol/index.php/teologico?dd99=pdf&dd1=1455.html>> acesso em Janeiro de 2016.

MATOS, Marilise. **Memórias da construção das políticas públicas no enfrentamento à violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes no Brasil.** In: FRANÇA, Cassandra Pereira (Org): *Perversão: as engrenagens da violência sexual infanto-juvenil.* Rio de Janeiro: Imago, 2010.

Organização Mundial da Saúde. **WHO recognizes Child Abuse** as a major public health problem. Genebra,1999. Disponível: <<http://www.who.int>> Acessado em Janeiro de 2016.

PACHECO, M. L. L. & MALGARIM, B. G. **Discutindo os possíveis impasses do abuso sexual intrafamiliar na estruturação do aparelho psíquico infantil.** *Revista de Psicologia da IMED*, vol.4, n.1, p. 620- 628, 2012. Disponível em

<<<http://www.bibliotekevirtual.org/revistas/IMED/PSICO-IMED/v04n01/v04n01a02.pdf>>>
acesso em janeiro de 2016.

PFEIFFER. L.; SALVAGNI. E. P. **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência.**
Jornal de Pediatria, São Paulo; 2009.

PIVA, Ângela. **Sobre a transmissão.** In: PIVA, Ângela (org). Transmissão transgeracional e clínica vincular. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

RAMOS, Fábio P. **A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI.** In: DEL PRIORE, Mary (Org.) História das crianças no Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 19-54.

RANGEL, Patrícia Calmon. **Abuso sexual intrafamiliar recorrente.** Curitiba: Editora Juruá, 2001.

RIBEIRO, Patrícia Monteiro. **O abuso sexual infantil intrafamiliar e os sentidos compartilhados pelos professores em Recife.** Recife, 2012. Disponível em <<<https://www.ufpe.br/pospsicologia/images/Dissertacoes/2012/ribeiro%20patrcia%20monteiro.pdf.html>>> acesso em Janeiro de 2016.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construções teórico-epistemológica, discussão comparada e a pelicação nas áreas da saúde e humanas.** Petrópolis: Vozes, 2003.

ZAVARONI, Dione de Medeiros Lula; et. Al. **A constituição do infantil na obra de Freud. Estudos de Psicologia.** Brasília, 2007. Disponível em <<<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v12n1/a08v12n1.pdf.html>>> acesso em Setembro de 2016.